

# BECO DO ROSÁRIO: ESPAÇOS E SOCIABILIDADES EM UM BECO DA ANTIGA PORTO ALEGRE

Ana Luiza Goulart **Koehler**<sup>1</sup>  
Valéria **Aydos**<sup>2</sup>

## Preâmbulo<sup>3</sup>

O que melhor do que uma narrativa permeada de imagens, personagens, lugares e histórias para nos remeter ao imaginário de espaços de sociabilidade e refletir sobre as mazelas cotidianas do ser e estar na cidade? Foi este o efeito da aquarela de Ana Koehler quando chegou às mãos de Valéria Aydos.

Um pequeno esboço inicial da história em quadrinhos de Ana sobre o Beco do Rosário deu margem a uma longa conversa das autoras a partir dos olhares da antropologia, da arquitetura e da história sobre as questões teóricas e pragmáticas que envolviam os processos de industrialização e higienização urbanas no início do século vinte. O resultado desta conversa foi a elaboração de uma história em quadrinhos que, a partir de fontes de pesquisa documental (relatórios da municipalidade, notas da imprensa, mapas e plantas oficiais, atas de vereança, desenhos e literatura) e de muita imaginação propõe não reconstruir a história ou a memória, mas, numa junção entre história e ficção, lançar luz sobre imagens e narrativas possíveis da cidade, sua vida e suas formas de sociabilidade.

A narrativa busca remeter o leitor aos espaços do Beco do Rosário, um entre muitos que compunham a vida urbana de Porto Alegre nos anos 1910. Como lembra Halbwachs (1990), toda narrativa de uma memória coletiva do passado é uma narrativa do presente. É a partir de questões e visões de mundo do tempo de agora que olhamos para o passado, o lemos e lhe atribuímos sentido. Nesta narrativa, o trabalho de "ficcionalização do passado" nos brinda com o protagonismo da personagem Vitória, uma menina negra, cuja voz fala das lutas cotidianas por igualdade de gênero, das desigualdades econômicas e do apartheid racial e social que se reflete na espacialização urbana.

Assim como nas etnografias de James Scott (1985; 2002), as personagens e suas estratégias cotidianas de resistência apontam para a possibilidade de subversão da ordem em um nível microscópico e pragmático não tão enfatizado pelos estudos sociológicos sobre resistência (Ortner, 1995). Vitória não é líder de um levante, de uma grande greve ou de uma revolução; ela resiste à

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>3</sup> Agrademos imensamente à professora Cornelia Eckert e aos editores da Revista *Illuminuras* pela experiência inovadora de trazer a linguagem da história em quadrinhos para o espaço acadêmico. Registramos que esta narrativa não seria a mesma sem o diálogo intenso com as professoras Daniela Marzola Fialho e Patrice Schuch, e que a potência da interlocução entre antropologia e urbanismo só se fez possível nas problematizações políticas e éticas sobre relações interétnicas, raça e discriminação vivenciadas nas aulas da professora Denise Jardim, a quem dedicamos esta história!

dominação de classe, de gênero e de raça através de pequenas atitudes. Um olhar microscópico sobre a história e a memória contribui para uma visão menos maniqueísta e ideologizada das lutas sociais e o foco nas subjetividades e na agência (Ortner, 2007) das personagens femininas, com seus sonhos e ideias, como âmagos destas lutas, possibilita a humanização do poder e das relações de dominação.

O texto também convida o leitor a embarcar no imaginário dos becos de Porto Alegre e a inventar suas próprias histórias da cidade. Que esta produção registre um manifesto por uma liberdade epistemológica nas ciências humanas que liberte a imaginação sociológica e desafie pesquisadores a se aventurarem por novas performances científicas, mais lúdicas e líricas.

\*\*\*



\*"O EXEMPLO": UM DOS PERIÓDICOS DA COMUNIDADE NEGRA PORTO-ALEGRENSE NO COMEÇO DO SÉCULO XX.









RUA OU BECO? AS ANTIGAS PLANTAS DA CIDADE SÃO IMPRECISAS PARA DETERMINAR O QUE DIFERENCIA UM DE OUTRO.<sup>6</sup>

O QUE FAZIA DE UM BECO UM ESPAÇO ESTIGMATIZADO? SUA ESTREITEZA, SINUOSIDADE, PERCURSO "LADEIRENTO"?<sup>7</sup>

TALVEZ PLANTAS E ESCALAS NÃO SEJAM SUFICIENTES PARA RECONSTRUIR ESSE ESPAÇO "MALDITO" DA ANTIGA PORTO ALEGRE...<sup>8</sup>

É PRECISO, ENTÃO, RECONSTRUIR OS RECANTOS E ESPAÇOS DA CIDADE QUE NÃO EXISTE MAIS, PERDIDA NO PASSADO, PARA RESPONDER ESTA PERGUNTA.<sup>9</sup>

PARECE MESMO HAVER ALGUMAS CASAS E SOBRADOS MAIS RICOS E DISTINTOS NAS ESQUINAS DAS RUAS PRINCIPAIS...<sup>10</sup>

...ENTÃO O QUE É QUE FAZ COM QUE ESSE BECO SEJA TÃO MAL AFAMADO?

AH, ENTÃO CÁ ESTÁ... MAS NÃO PARECE MUITO DIFERENTE DA RUA DO ROSÁRIO, AFINAL...

COMO PODEM VER, NÃO É TÃO DIFERENTE ASSIM DE TANTAS OUTRAS RUAS.

HÁ QUE SE LANÇAR MÃO NÃO SÓ DE MAPAS, PLANTAS CADASTRAIS E ESTATÍSTICAS, MAS TAMBÉM DE FOTOGRAFIAS, LITERATURA E IMPRENSA<sup>11</sup> PARA ENTREVER DE QUE SOCIABILIDADES, DE QUE PRÁTICAS QUOTIDIANAS E MICROSCÓPICAS O BECO ERA PALCO.<sup>12</sup>

SÓ ASSIM PODE-SE CHEGAR NUMA VISUALIDADE MAIS APROXIMADA E COMPLETA DESTA ANTIGO ESPAÇO URBANO.



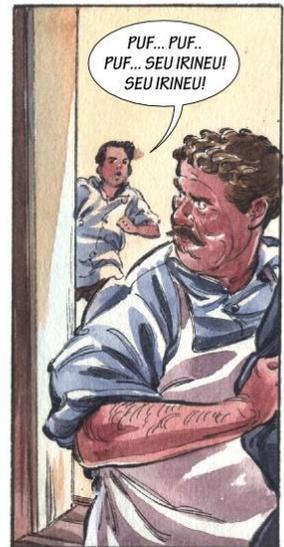




MAS NÃO JUSTIFICA ESSA IMORALIDADE, NÃO É BONITO, MENINA!

DE RESTO, O QUE MAIS ME REVOLTA É QUE A POLÍCIA VÊ TUDO ISSO, E NÃO FAZ NADA!<sup>33</sup>

HAHA! OH, SE É A POLÍCIA QUE ESTÃO PROCURANDO, VIERAM AO LUGAR CERTO...



PUF... PUF... SEU IRINEU! SEU IRINEU!



O QUE FOI, QUERINO?

SEU IRINEU, OS 'HOME' DA HIGIENE ESTÃO VINDO AÍ!<sup>34</sup>

AGORA?! MAS QUE DIABOS, ERA SÓ O QUE ME FALTAVA!



COMO ASSIM NÃO PODEM PRENDÊ-LA?

E ESSAS TESTEMUNHAS TODAS, QUE VIRAM TUDO??

ORA, DOUTOR... ELA NÃO FEZ POR MAL... ADEMAIS, NENHUM DE NÓS VIU ELA BATENDO NO SENHOR...

OBRIGADO, QUERINO, TOMA AÍ UNS VINTÊNS. AMÁLIA! MANDA O ALCIDES DESOCUPAR O PORÃO. RÁPIDO, QUE OS 'HOME' DA HIGIENE ESTÃO VINDO AÍ!



ANDEM, VAMOS! SENÃO OS 'HOME' VÃO DESPEJAR VOCÊS!<sup>35</sup>

OH, ESSA POBRE GENTE! VIVENDO EM MEIO A MIASMAS, EM BURACOS!

OH NÃO, NÃO DEIXA ISSO ACONTECÊ, SINHÓ IRINEU! NÃO PODEMOS IR PRO OLHO DA RUA!



ENTÃO, SEU IRINEU... ESTAVA ESPERANDO NOSSA VISITA?<sup>36</sup>

O SENHOR DEVE TER FEITO TUDO QUE REQUISITAMOS DA ÚLTIMA VEZ, NÃO É?

DE MANEIRA ALGUMA, SENHORES... POSSO SERVIR-LHES ALGO? TEMOS A MELHOR GARAPA DA CIDADE!

NÃO SE INCOMODE, NÃO SE INCOMODE... NÃO VAMOS NOS DEMORAR...

MARCELINO, VÁ VISTORIAR O PORÃO!<sup>37</sup>



HUM... VEJO QUE O SENHOR AFINAL CAIU ESSAS CASINHAS.

MAS NÃO INSTALOU O CANO PARA ESCOAR A ÁGUA IMUNDA QUE EMPOÇADA NO TERRENO!

MAS, SEU DIAS, VEJA BEM, SOU APENAS UM POBRE TAVERNEIRO! AINDA NÃO CONSEGUI O DINHEIRO SUFICIENTE PARA TAN...

ENTÃO ACHO QUE VOU MANDAR DESOCUPAR EM 10 DIAS, E MANDAR DEMOLIR, QUEM SABE!



## Notas

1. O trabalho de Sandra Pesavento (1999b; 2001a; 2001b) permite entrever, a partir dos discursos de imprensa que chegam até a contemporaneidade, como o imaginário urbano da época percebia e valorava os becos (Pesavento, 2001a: 115):

O beco passa a ser [em fins do século XIX] a designação que estigmatiza lugares malditos da urbe. O beco é sinistro, sujo, perigoso e feio. É o mau lugar, por onde circulam personagens perigosas praticantes de ações condenáveis. O beco é o reduto dos excluídos urbanos e corresponde, de forma exemplar, a uma bela demonstração do que poderíamos chamar a maneira conflitiva de construir o espaço urbano.

A mesma autora (Pesavento, 1999b: 4) ainda acrescenta que:

Na voz dos jornais da época, os 'becos' são sempre sórdidos, sujos, imundos. A designação alude à imagem da cidade que se quer destruir: é o opróbrio, atraso, velhice, feiúra, crime e vício. [...] O seu visual não só acanhado, mas vicioso e imoral, obrigava os moradores da "cidade alta" a estabelecerem verdadeiras estratégias de percurso para evitarem de passar por tais lugares, verdadeiros 'antros', 'covis' que ofendiam a moral, a estética, as normas de higiene e dos preceitos modernos de urbanização.

2. Em sua dissertação de mestrado, o historiador Ramatis Jacino (2006: 13-14) aponta para o que se pode caracterizar como um padrão de comportamento mais agressivo, menos passivo por parte das mulheres pobres, em grande parte negras, na São Paulo do século XIX. Jacino se vale do estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), intitulado "Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX", para desconstruir a imagem de fragilidade e passividade femininas no Brasil do século XIX:

Neste estudo onde questiona estereótipos que retratavam as paulistanas olhando apenas as mulheres pertencentes às classes abastadas, que tenta resgatar o papel destas como lutadoras, marginalizadas, ousadas, com forte presença na economia urbana. [...] O trabalho de Maria Odila evidencia a existência de uma quantidade considerável de ex-escravas ou filhas de escravas ou filhas de escravos trabalhando, em condições similares a de mulheres brancas pobres, enfrentando as mesmas adversidades e se comportando de maneira semelhante.

Se Velloso (1990) descreve a forte presença de negros e negras no Rio de Janeiro do século XIX, é possível imaginar que também em Porto Alegre esse padrão de comportamento fora das normas correntes de gênero se repetisse, desde tenra idade. De acordo com Bittencourt Júnior (2010: 37),

É possível perceber a ampla circularidade e domínio dos lugares públicos urbanos que detinham as negras vendedoras. Se a quitanda a obrigava a uma fixidez, onde acolhia a inúmeros clientes, o tabuleiro conferia-lhe uma ampla mobilidade, bem como as visitas para vendas feitas de porta em porta. Estas condições de trabalho oportunizam às negras vendedoras múltiplos contatos com os demais escravos, seja nas ruas ou nas casas, bem como com os segmentos brancos da população porto-alegrense.

O protagonismo da personagem Vitória traz a tona o debate da *agência* nas ciências sociais, principalmente na Antropologia. Sherry Ortner (2006) em seu texto **Poder e Projetos: Reflexões sobre agência**, analisa a ausência da agência como as personagens femininas dos contos de fadas de Grimm, a qual se expressa por meio de uma linguagem de atividade e passividade. Suas personagens femininas não perseguiam projetos e, se o faziam, era para perder seu protagonismo casando-se com o príncipe. Suas personagens vilãs, por terem protagonismo, projetos próprios vontades, eram punidas no final da história.

3. Sandra Pesavento (2001a:101) aponta para essa fluidez na denominação dos espaços de Porto Alegre por parte das autoridades urbanas:

Já se instala, portanto, desde os primórdios da cidade, uma dupla denominação para as suas ruas: algumas transversais têm uma designação alternativa de becos... Mas, recorrendo ainda ao texto do capitão-mor Domingos Fernandes, de 1804, tais becos eram 'largos', 'limpos' e haviam sido 'traçados pelo poder público' em perpendicular com as ruas principais.

4. Este diálogo busca refletir a estigmatização associada aos becos à medida em que a virada dos séculos XIX e XX se aproxima. A respeito dessa transformação, Pesavento (2001a: 115) afirma que:

O sentido original do termo, de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira e aberta no curso natural de uma expansão urbana não planejada, na passagem do século XVIII para o século XIX, cede lugar a uma designação depreciativa que traduz uma avaliação ao mesmo tempo moral, estética e higiênica.

5. Na Porto Alegre do início do século XX, a ideologia dominante entre as classes privilegiadas urbanas era a Positivista. Segundo ela, Souza (2010: 242) afirma que “colocava que o conhecimento científico é objetivo, livre de preconceitos e de juízos de valor.”

6. Procurando diferenciação entre ruas e becos nas representações gráficas das plantas de Porto Alegre, Sandra Pesavento (2001a: 102-103) relata que:

Na planta da autoria de L. P. Dias, elaborada em 1839 [...] e, portanto, ainda durante o período revolucionário, os becos voltam a ter a sua aparição topográfica bem assinalada. [...] No seu traçado, os becos em pouco diferem das ruas, pois apresentam largura similar e constituem elo de ligação entre duas vias, o que elimina a sua identificação como 'beco sem saída', fechado numa das

extermidades.

Contudo, a autora ressalva a diferenciação das três principais ruas em que se deu a ocupação da península:

Quer pela sua largura notadamente estreita, quer pela sua obstrução em uma das pontas, caracterizando uma rua sem saída, o beco da planta [oficial] é representado tal como uma rua normal... [...] A planta de 1839 identifica uma série deles [becos] [...]. Todos eles pouca diferença fazem das ruas com as quais se cruzam e compõem. Salvo aquelas três primeiras ruas paralelas, que se apresentam como mais longas e mais largas, todas as demais se parecem no seu traçado.

No caso específico do Beco do Rosário, Pesavento (2001a: 102-103) aponta para a estreiteza na representação gráfica: “Na planta de 1853 por L. P. Dias [...] os becos do Rosário e do Cordeiro aparecem como ruas, só um pouco mais estreitas que as adjacentes.”

7. Ainda que Pesavento (2001a) aponte para as incongruências da denominação de *beco* para espaços urbanos da Porto Alegre antiga em função de sua largura, Franco (1988: 80-83) descreve o antigo Beco do Poço, onde hoje se encontra a avenida Borges de Medeiros, referindo à estreiteza e considerável declividade:

[...] ela [Avenida Borges de Medeiros] tem seu óbvio antecedente na Rua General Paranhos, *estrito beco* [grifo nosso] que subia desde a Rua General Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra *fortíssima ladeira* [grifo nosso] até a Rua Coronel Genuíno. O nome de General Paranhos datava de uma resolução da Câmara Municipal em 30/10/1871, mas a população porto-alegrense, com seu aferrado tradicionalismo, ainda aludia àquela via pública como o “Beco do Poço”, que fora uma de suas denominações espontâneas [...]

Do mesmo modo, Coruja (1983: 122) também usa estes qualificativos para descrever o Beco do Jacques ou da Fonte: “Da rua da Igreja quase em frente a do Rosário seguia um beco *estrito e ladeirento* [grifo nosso] cujas casas também se contavam por unidades.[...]”

8. A esse respeito, Pesavento (2001a: 103) conclui, após analisar as plantas oficiais de Porto Alegre: “Se as plantas se calam, ou, pelo menos, são pouco expressivas para identificação dos becos, passemos às fotos.” Ao referir-se às fotos, a autora aponta, pois, para a necessidade de recorrer a outros indícios destes espaços para evidenciar outros caracteres que expliquem a sua conceituação diferenciada no imaginário urbano.

9. Pesavento (1999a: 2) considera a Porto Alegre dos séculos XVIII e XIX praticamente com uma “cidade perdida”, assim nomeando-a devido à sua gradual destruição ao longo do processo de modernização urbana:

Se partimos em busca daquela 'cidade perdida', da época do seu surgimento, na segunda metade do século XVIII, ou da primeira metade do século XIX, vamos encontrar ínfimos traços que chegaram até nós, pois ela, na sua materialidade, praticamente desapareceu. Mais do que isso, a chamada 'cidade colonial' foi condenada pela modernidade urbana e, como tal, destruída, descaracterizada, reocupada e reconstruída pelas exigências do progresso, nas mudanças pelas quais passou a partir da segunda metade do século XIX.

10. Quanto a este ponto, o exame de diversas fotografias evidencia a presença de construções mais ricas em meio às “casinhas de aluguel” habitadas pela população mais pobre. Para o caso do Beco do Rosário, em especial, pode-se consultar a Coleção Eva Schmidt, no acervo da Fototeca Sioma Breitman (Museu de Porto Alegre do Solar Lopo Gonçalves), bem como a da subida da Rua 24 de Maio, presente no livro “Porto Alegre: biografia de uma cidade” (1940: 252) Da mesma forma, é possível entrever construções de maior vulto junto às esquinas na foto da demolição do Beco do Poço (antiga General Paranhos) em fotografia publicada na edição de 6/2/1925 da revista “A Máscara”. Ainda o mesmo pode ser verificado na antiga fotografia do Beco do Fanha (atual Rua Caldas Júnior) que ilustra o artigo de Pesavento (2001a: 117)

Por sua vez, Coruja (1983: 110) corrobora esta proximidade entre construções humildes e ricas em seus comentários sobre dois outros becos de Porto Alegre.

A respeito do Beco do Bot'ã Bica, o autor relaciona a presença de um nobre cidadão à esquina com a rua principal (Rua da Praia):

Vem este nome do antigo e talvez primeiro morador da casa que faz *esquina* [grifo nosso] com a rua da Praia: alguns mais modestos o chamavam – Beco do Vieira, nome do antigo morador. Tendo casado na família o visconde de Castro e ido aí morar, começaram a chamar – Beco do Visconde de Castro. Por belezas que aí encontraram, talvez em sua antiga calçada pontiaguda [sic] puseram-lhe o nome de Rua Bela.

O mesmo autor traz o caso do Beco do Pedro Mandinga, indicando a presença de uma construção de vulto: “Por trás mais ou menos da Igreja das Dores havia um pequeno sobrado em que morava Pedro de Sousa Lobo (Pedro Mandinga) tendo ao lado um *grande sobrado* [grifo nosso] em que morava seu futuro genro Israel Soares de Paiva.” (1983: 111)

A presença de grandes sobrados e construções ricas em convívio estreito com moradas para trabalhadores pobres é também indicada por Pesavento (2001a: 108):

As transações imobiliárias [nos becos], registradas no Primeiro Tabelionato, dão conta de um processo de ocupação que mescla casas extremamente humildes - como as primeiras 'cobertas de capim', de aspecto 'modesto' ou 'acanhado', como outras, 'assobradadas', solarengas...

11. O historiador Carlo Ginzburg (1989), em seu capítulo *Raízes de um paradigma indiciário ou semiótico*, propõe para o resgate do passado, em escala microscópica, um modelo epistemológico

baseado nos traços deixados por diversas fontes documentais. Fotografias, pinturas, relatos de viajantes, vestígios de materialidade de ruas e edificações da cidade, entre outras, compõe um universo vasto, e que não raro se abre para acolher outras formas de traços do passado. Essas fontes são, ou trazem em si mesmas, indícios da existência de um espaço urbano ou vivência que não pode mais ser experimentado diretamente: “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos.” (Ginzburg, 1989: 169) Estes efeitos, são, segundo o autor, o que nos permite entrever o passado desaparecido, não mais perceptível no presente: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios, - que permitem decifrá-la.” (1989: 177).

Neste sentido, Pesavento (1999a: 3) corrobora a posição do autor ao afirmar que:

Portanto, torna-se um desafio recuperar 'cacos' do passado, cruzar vestígios de velhas fotos que, em um processo de montagem que pressupõe justaposição de temporalidades diversas, impõe ao historiador proezas da imaginação para poder representar aquela cidade do passado que não mais se dá a ver.

12. De Certeau (1996: 174-175) fala a respeito da busca das práticas quotidianas do passado, invisibilizadas muitas vezes devido à sua própria escala, como um meio de entrever o modo como a apropriação do espaço urbano se dava pelos seus habitantes. Subvertendo assim, por um momento o valor dos discursos oficiais e condenatórios a respeito dos becos, tem-se que:

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio *invertendo o seu conteúdo* [grifo nosso] (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas *microbianas* [grifo nosso], singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração *panóptica* [grifo nosso], se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações quotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora.

13. Também verificáveis através das imagens dos becos que chegam até nós, a presença de “casinhas de aluguel” destinadas às populações pobres que procuravam trabalho nas primeiras fábricas da cidade é apontada por Pesavento (2001a: 107):

Entretanto, tais vazios pareciam estar, já na época de Coruja, sendo eliminados, através de ações de alguns moradores da cidade que, possuindo recursos, mandavam construir, às suas custas, séries de pequenas moradias, supostamente para alugar. Desta forma, os becos, de vias espontâneas, em abertura na cidade, convertiam-se em possibilidade de lucro e especulação imobiliária para aqueles que dispunham de um pequeno capital para investir e que aproveitavam a crescente demanda de casas na cidade.

14. Segundo Coruja (1983: 105), a história do Beco do Couto e a do Beco do Rosário estão intimamente ligadas:

Beco do Rosário: Na praça do Paraíso entre a esquina do Caminho Novo e a Rua da Praia havia uma *travessa* [grifo nosso] que dava para os terrenos do Couto. Parece que em outro tempo era beco sem nome, pois só lhe conheci o nome de Beco do Rosário depois que se edificou o templo deste nome, entre o qual e o beco nenhuma casa então havia. O *nome de Beco do Rosário hoje está circunscrito às casas que rodeiam a igreja* [grifo nosso], e o antigo beco deste nome tem a placa de 24 de Maio para fazer recordar o grande efeito de armas de Tuiuti.

Em nota explicativa, Coruja (1983: 105) acrescenta que: “Antônio Pereira do Couto, [...] era o possuidor de todos os terrenos dos arredores do Rosário, inclusive o da própria igreja por ele doado.”

15. A respeito do crescimento notável de Porto Alegre durante o século XIX, Souza e Müller (1997: 67) afirmam que “a cidade caracteriza-se por uma ocupação intensiva em toda a área da península central, se rarefazendo à medida que se afasta do centro em direção aos caminhos.” e que “[...] é a partir de 1845, com a demolição das muralhas, marcando o fim da Guerra dos Farrapos, que a cidade realmente começou a expandir-se e apresentar equipamentos mais vigorosos e sofisticados, correspondentes ao seu rápido desenvolvimento.” (1997: 63)

16. A respeito da formação dos becos em Porto Alegre, Monteiro (1995) aponta que estes “não tinham a mesma infra-estrutura das ruas principais, onde se localizavam os sobrados de pedra e cal. Ao contrário, os becos caracterizam-se pelos casebres modestos de taipa e palha onde morava a população pobre composta de mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, carregadores, prostitutas e libertos.”

17. Parece haver uma certa ambiguidade nas denominações (“beco” do Rosário, “travessa” 24 de Maio) para designar a mesma via secundária, implicando uma *hierarquização viária* no traçado urbano. Conforme Marx (1991: 109-110): “Ora, está explícito aí o dado hierárquico. A *travessa* fica entre, liga duas outras vias de maior importância, seja pela largura e extensão, pela sua direção em relação a um dois ou mais pontos de referência urbana, seja pelas atividades de todo tipo que estas congreguem.”

Como visto acima, Coruja (1983) descreve inicialmente o Beco do Rosário como uma travessa que levava a pontos mais antigos e portanto conhecidos da cidade (Praça do Paraíso, atual largo do Mercado Público, e terrenos do Couto, atual rua Senhor dos Passos). Pode-se supor, então, que o nome de “Beco do *Rosário*” deva-se à igreja situada à Rua do Rosário (atual rua Vigário José Inácio), pelas razões explicitadas por Marx (1991: 110) na seguinte passagem:

Aos nomes das ruas já nos referimos rapidamente com alguns exemplos ilustrativos, fáceis de evocar, ou ainda com certa frequência existentes. *O das travessas são ou eram mais raros e reportados a*

*outros referenciais* [grifo nosso], como travessa do Cais, do Rosário, da Bica, travessa Velha. Nas plantas urbanas, essa quase ausência de tais nomes fica patente [...]

18. A respeito do caráter popular dos nomes dos espaços da cidade antiga, Pesavento (2001a: 98) afirma que:

Estes [becos] possuíam nomes curiosos e pitorescos, a lembrar as socialidade, personagens e práticas antigas que tinham lugar numa cidade pequena, quase aldeia, da qual não mais se pode ter uma idéia precisa de como foi, salvo através da narrativa historiográfica, que recupera para o presente a cidade do passado.

19. Sobre o impulso modernizador das cidades brasileiras no início da República, Souza (2010: 47) afirma que:

Os primeiros dirigentes republicanos viam na dissipação da herança cultural legada pelos tempos coloniais uma das metas imediatas. Concentravam seus esforços nos melhoramentos da cidade, estimulando o desenvolvimento da cultura, da economia, e, em especial, do comércio, dos serviços e da indústria, aspirando a uma cidade moderna. A República mostrava grande interesse em enfrentar os problemas urbanos a partir das novas técnicas de tratamento do transporte, do tráfego de veículos, do crescimento da população (especialmente o proletariado), do saneamento, da higiene e saúde públicas. Os objetivos eram alcançar o progresso, como nas nações mais avançadas, e desenvolver na população hábitos semelhantes aos dos habitantes das cidades européias, nas quais, especialmente a burguesia estava criando uma nova maneira de viver. Progredir, modernizar ou industrializar apareciam como sinônimos em todos os discursos [...]

20. A noção de corrupção das populações pobres vigia também no Rio de Janeiro, de onde Chalhoub (1996) traz a palavra de Candido Barata Ribeiro (Candido Barata Ribeiro, “Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?”, tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Typographia do "Direito", 1877: 96-97.)

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa [sic], ferindo os olhos e ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes!

21. O romancista Aluizio de Azevedo (1925, apud Marx, 1991: 126) ilustra em sua obra “O cortiço” as vantagens que uma habitação no centro trazia aos trabalhadores pobres:

Não obstante, as casinhas do cortiço, á proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas seccassem. Havia grande avidez em alugar-as; aquelle era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dous passos da obrigação. [Conforme grafia original]

22. Quanto à qualidade das moradias nos novos bairros que surgiam na virada do século, afastados do centro de Porto Alegre e supostamente mais salubres do que as habitações dos becos, Strohaecker (2005: 817) lembra que:

[...] era apenas obrigatório que as novas áreas loteadas tivessem os imóveis voltados para o logradouro público. As ruas e avenidas doadas para a servidão pública pelos loteadores eram precárias. Não havia calçamento nem escoamento das águas servidas, o máximo que se fazia era aterrar o leito da rua com um parco recobrimento de areião e cascalho que, com o passar do tempo, desaparecia por completo dando lugar à lama e aos buracos. Obras de infra-estrutura como canalização de água, luz e esgoto, também não eram exigidas.

23. O jornal “A Gazetinha”, em sua edição de 3/1/1897, noticia esse problema da seguinte forma:

As ruas que da rua da Igreja e mesmo da Independência descem para o Caminho Novo e para as docas estão em tal estado que quando o sol esquenta exalam um fétido insupportavel devido ás poças que existem pelas calhas e nas quaes o limo já é pantano putreficado. [Conforme grafia original]

Da mesma forma, a fotografia da Rua de Bragança no livro “O espetáculo da rua” (Pesavento, 1992: 25) mostra claramente a situação de empoçamento das águas junto aos meios-fios dos passeios: “O esgoto à mostra na antiga Rua de Bragança (Marechal Floriano) no século passado [XIX], fonte de constantes reclamações da população.”

24. A proximidade dos locais e oportunidades de trabalho era fundamental para os trabalhadores pobres à época, uma vez que a cidade ainda não dispunha de sistemas eficientes de transporte para os bairros mais distantes. Assim, restava a estes trabalhadores morar precariamente, mas a curta distância das ruas principais. Da mesma forma, o poder de articulação da classe trabalhadora residia na sua proximidade com o centro urbano e no convívio com membros de classes dominantes, conforme Katzman (2001: 174, quadro I): “A separação dos lugares de trabalho que recrutam os que tem 'voz' reduz a força das instituições laborais e das reivindicações que podem articular os pobres urbanos.”

25. Quanto a este discurso, Pesavento (1998: 96-97) comenta: “[...] a imagem do cidadão morador da urbe era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças.” A autora ainda ilustra-o com um trecho tirado diretamente da imprensa da época: “Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos de higiene.” (Gazeta da Tarde, 17/01/1898)

26. Estas estratégias de sobrevivência frente a um trabalho imposto e mal remunerado nas fábricas remetem-nos aos estudos de James Scott sobre as formas cotidianas de resistência camponesa (1990; 2002). Scott traz à tona “as armas mais comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (Scott, 2002: 12). Tais formas de resistir à dominação estão presentes nas ações das personagens de nossa história, refletindo as resistências das populações dos becos da cidade.

27. As grandes aglomerações das cidades e o anonimato que elas produziam serviam de proteção para escravos fugidos, e o espaço urbano era sem dúvida um palco de vasta independência de movimento e relações dos escravos que ‘viviam sobre si’, ou seja, longe da supervisão direta de seus senhores. Esse modo de escravidão ameaçava o controle social nas cidades, pois permitia aos escravos estabelecer rotinas de trabalho e vivências no espaço urbano com maior autonomia. Conforme Chalhoub (1996: 27),

Para os senhores, este tipo de arranjo era muitas vezes vantajoso, pois permitia arrancar jornais mais elevados aos cativos, além de desobrigá-los das despesas com o sustento dos negros. Para os escravos, a maior autonomia de movimento tinha ainda a vantagem adicional de facilitar jornadas extras de trabalho com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para comprar sua liberdade aos senhores.

Contudo, a inserção do país no modo de produção capitalista exigia a imposição de um novo modo de trabalho. Nesse sentido, Pesavento (1998: 55) explica que o regime fabril foi responsável por uma nova concepção de tempo e disciplina individual na sociedade centrada no controle:

A disciplina é uma estratégia de organização do espaço, e a fábrica se apresenta como o espaço privilegiado de realização do poder burguês. [...] Da fábrica para a sociedade, passando pelo Estado, consubstanciam-se práticas que procuram ajustar os corpos e as mentes dos indivíduos a locais e padrões desejados.

28. Contrariamente aos negros e pardos brasileiros, alvos de julgamentos morais pelas autoridades, “[...] a imigração (européia) é apresentada como instrumento da civilização [...]” (Seyferth, 1996: 45)

29. Esse ponto é reiterado por Seyferth (1996: 46) quando a autora descreve os prejuízos morais que vinham associados à população negra e parda brasileira no pós-abolição:

Apesar da condenação explícita ao escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, e o significado mais imediato de 'trabalho livre' é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes de agir por iniciativa própria – pressupunha-se, portanto, que fracassariam como pequenos proprietários.

Pesavento (1998: 80) aponta na mesma direção de uma discriminação favorável à população migrante europeia no novo mercado de trabalho: “[...] constata-se a preferência do empresariado local por este tipo de mão-de-obra, considerada de superior qualidade, habilitada para o serviço fabril, concentrando em si as virtudes capitalistas do trabalho.”

30. A respeito destes dois lugares “malditos” da cidade, Pesavento (1999b: 8) afirma que: “no caso do 'Areal da Baronesa', a acepção corrente apontava o lugar como ruim de morar, inconcebível para gente honesta e 'de respeito'. E, sobretudo, zona de negros.”.

E que

No caso da 'Colônia Africana', as palavras revelam claramente o estigma racial que acompanhou os egressos da escravidão: porque habitada predominantemente por negros, a identificação com a África remonta à origem escrava de sua população. [...] No processo de desagregação da escravatura, os egressos da servidão, força de trabalho por excelência de um sistema que vigorara por três séculos, passaram a ser associados à vagabundagem, enquanto os imigrantes se tornaram a referência emblemática do trabalho regenerador.

31. Pesavento (2008: 183) traz passagens de imprensa [Gazetinha, 12.05.1898] que ilustram o comportamento escandaloso das mulheres do beco do Poço:

O tal beco parece mesmo apropriado para ter, em meio de sua extensão, um lupanar; a impressão que se recebe ao transitar ao mesmo é péssima. Aqui e ali, de um lado e d'outro, ha *mulheres de má vida* [grifo nosso] à janela ou junto à porta de suas pequenas moradias e a palestrarem em altas vozes com soldados, marinheiros e crioulos debochados, - a palestra é pontuada com gargalhadas, ditos escandalosos, frases obscenas; mais adiante ha uma venda cheia de uma freguesia barulhenta, no meio da qual estão *mulheres que tomam cachaça* [grifo nosso]. Tal casa de negócio prima pelo pouco asseio que se nota logo, desde o assoalho ao próprio dono da casa, - um tipo [l]egitimamente [sic] de taverneiro reles. [...] *Outras mulheres, figuras de relaxadas, bebem* [grifo nosso] de parceria com sujeitos de sua estofa. Ouve-se o vozear de muitas pessoas, vindo do interior da tasca, prova de que lá dentro em outro compartimento há uma sociedade igual à que se acha na frente.

32. Segundo Chalhoub (1996: 100), é preciso considerar com cautela possíveis diferenças de percepção e de sensibilidades de classe em relação à moralidade do comportamento das mulheres:

[...] não há nada para além do pressuposto de que o tipo burguês de obsessão com o comportamento e a honra feminina possa ser simplesmente generalizável para toda a sociedade. Conforme demonstra Martha Esteves em seu estudo crucial sobre 'os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque', o mapa da 'mente popular' sobre tais assuntos era muito mais tortuoso e incerto, e certamente bem diverso da moralidade burguesa de plantão na mente dos políticos do período.

33. A respeito do controle do comportamento feminino no espaço público, em particular dos becos, o folhetim “A podridão social”, publicado pela Gazetinha em 1896 para contar a história da cafetina Fausta, Pesavento (2008: 211) afirma que:

As associações do mundo da contravenção entre lugares, práticas, personagens e raça estão presentes e legitimadas e, sobretudo, há lições morais a reter, que *incidem sobre a mulher* [grifo nosso]. Este é o momento em que a debochada Fausta e a desditosa Olinda se aproximam, a demonstrar *os perigos do feminino sem controle* [grifo nosso].

34. Pesavento (2008: 166) traz da imprensa do final do século XIX o trecho de uma nota que ilustra essas práticas de resistência às autoridades:

[...] era fora de duvida que os referidos proprietários são sempre os primeiros a ter conhecimento dos planos combinados pela policia no intento de pilhá-los descuidados a fim de efetuar uma visita em regra a suas casas e, dessa maneira, conhecer de perto em todos os seus pormenores o gênero de comércio ali seguido. Informados com bastante antecedência, eles sabem qual o dia em que terão de receber aquela visita que lhes é incômoda e, para frustrar a intenção policial, retiram da espelunca as suas auxiliares, unicamente no dia preciso, de modo que, quando a autoridade ali comparece não encontra nenhuma e, portanto, ilude-se muitas vezes, julgando infundadas suas suspeitas em relação ao grau de decência da casa visitada.[Gazetinha, 05.04.1896]

35. As fontes parecem trazer poucos indícios da experiência de despejo das residências pobres na Porto Alegre da virada do século XIX para o século XX. Contudo, Chalhoub (1997: 49) traz do Rio de Janeiro indícios do que poderia ser a experiência comum dos diversos atores envolvidos na operação, frente às demandas do higienismo:

Os corticeiros reclamavam que eram inexequíveis 'as ordens continuadas' da Inspeção de Higiene para fechamento de estalagens. Em primeiro lugar, porque não havia para onde remover os moradores, e não era correto sujeitar o 'grande número de famílias ao *vexame e às inconveniências* de verem transferidos seus lares para a praça pública' [grifo nosso]

36. A literatura traz indícios de que os moradores e proprietários informavam-se a respeito das iminentes visitas das autoridades. Temos aqui novamente uma referência às estratégias de micro-resistência e conluios entre moradores e proprietários. Ver Chalhoub, 1996; e Pesavento, 1998 e Scott, 1990; 2002.

37. Segundo Pesavento (1998: 84), a prática de alugar porões como habitação era corrente frente à grande demanda por moradia no centro da cidade:

Os velhos sobrados e casarões, que haviam sido morada de baronesas e brigadeiros, passaram a atestar a diversificação social da Porto Alegre do século XIX. Enquanto seus donos se retiravam

para a Duque de Caxias ou para a Independência construindo novos palacetes, as antigas construções, sublocadas, passaram a abrigar nos seus porões uma população que se tornava cada vez mais numerosa.

38. A propósito do uso da força por parte das autoridades na fiscalização de higiene municipal e intervenção em moradias coletivas populares, Chalhoub (1996: 101) lembra que:

No caso das políticas de saúde pública, principalmente, havia uma desconfiança já de longa data em relação à atuação dos funcionários da higiene - sempre apoiados no aparato policial - visando promover desinfecções, despejos e demolições de cortiços e moradias pobres em geral [...]

## Referências

- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas, Reminiscências de Porto Alegre. Companhia União de Seguros Gerais, 1983.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- De CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano, vol. I - artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre; Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.
- GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999
- HOBSBAWN, Erich & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JACINO, Ramatis. O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo – 1872-1890. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.
- KATZMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL Nr. 75, diciembre 2001, pp. 171- 189.
- MARX, Murillo. Cidade no Brasil, terra de quem? São Paulo: Nobel, USP, 1991.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- ORTNER, Sherry. Subjetividade e Crítica Cultural. In: *Horizontes Antropológicos*, jul-dez 2007, vol. 13, n. 28, p.375-405.
- PESAVENTO, Sandra. O espetáculo da rua. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca da cidade perdida. Proposta de pesquisa, 1999a.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. Revista Brasileira de História, 1999b, vol. 19, no 37, p.195-216. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso).

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória Porto Alegre – Espaços e Vivências. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999c.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999d.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001a.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: 2001b. (Brasiliiana Novos Estudos; 5)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os sete pecados da capital. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SCOTT, James. Domination and the arts of resistance: hidden transcripts. New Haven, Yale University Press, 1990.
- SCOTT, James. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. In: Raízes. Vol. 21, n.1, jan-jul, 2002.
- SCOTT, James. Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, 1985.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., Biblioteca de Ciências Sociais, 1979.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de Imigração e Colonização. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio, Editora Fiocruz, CCBB, 1996. (pp. 41-58)
- SOUZA, Célia Ferraz de. Porto Alegre e sua evolução urbana./Célia Ferraz de Souza e Dóris Müller. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.
- SOUZA, Célia Ferraz de. O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- SOUZA, Célia Ferraz de. Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade. 2. Edição revisada e ampliada. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.
- STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>> Acesso em: nov. 2007.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 3, n. 6, 1990, p. 207-228.
- VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinícius Vieira de. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Ed. Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010.

### Fontes documentais

Cartografia histórica de Porto Alegre (plantas dos anos 1833, 1838, 1839, 1844, 1868, 1872, 1881, 1888, 1906, 1914, 1930);

Levantamento Cadastral de Porto Alegre feito por Guilherme Ahrons, de 1893, disponível no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho.

Quadro estatístico das paróquias de Porto Alegre, presente no Anuário da Província de 1891, p. 206, disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Arquivos Fotográficos (Fototeca Sioma Breitman, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Acervo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa).

Imprensa: Correio do Povo, Gazetinha, A Federação, Gazeta da Tarde, O Século, A Máscara (1918-).